só diploma as diversas resoluções superiores havidas acerca da execução do referido decreto: hei por bem, sob proposta do Ministro das Finanças e usando da faculdade concedida ao Governo pelo § único do artigo 2.º do decreto n.º 1 de 27 de Maio de 1911, decretar o seguinte:

Artigo 1.º É permitido o despacho de reexportação aos materiais importados com destino a reparo ou conserto de navios nacionais, e bem assim a reparo ou substituição dos seus aprestos e sobressalentes.

Art. 2.º Aos materiais destinados ao fabrico ou construção de navios ou ao seu aparelho e aprestos é permitido igualmente despacho de reexportação, mediante fiança aos respectivos direitos de consumo, a qual só será cancelada quando o navio fôr lançado à água.

Art. 3.º A autorização para o despacho dos materiais a que se referem os precedentes artigos só poderá ser concedida pelo Ministro das Finanças por meio de requerimento dos interessados, indicando as quantidades e qualidades dos materiais.

Art. 4.º Cumpre aos directores das Alfândegas adotar as necessárias medidas de fiscalização a fim de evitar que os materiais despachados ao abrigo das disposições deste decreto tenham applicação diversa daquela que lhes foi declarada pelos respectivos importadores.

Art. 5.º Sempre que se prove que os materiais despachados nas condições indicadas nos artigos 1.º e 2.º deste decreto tiveram destino diferente do que lhes havia sido autorizado, será instaurado o competente processo fiscal por descaminho de direitos, nos termos do artigo 8.º do decreto n.º 2 de 27 de Setembro de 1895.

Art. 6.º Concluídos que sejam os reparos ou fabricos a que aludem os artigos 1.º e 2.º, o capitão, mestre ou construtor do navio assim o participará à competente autoridade aduaneira, em declaração assinada, indicando a quantidade e qualidade de quaisquer materiais que, porventura, hajam sobejado.

§ único. Recebida a referida declaração, realizar-se há imediatamente, *ex officio*, a verificação das applicações dos materiais, em face dos talões das guias de reexportação respectivas, devendo ser exarado na dita declaração o resultado da verificação efectuada.

Art. 7.º Os materiais substituídos ou os que sobejarem dos trabalhos realizados, quando tenham valor para direitos, podem, com autorização da competente estância alfandegária, ter os seguintes destinos: ser despachados para consumo ou reexportados para as colónias ou para país estrangeiro; dar entrada em depósitos fiscalizados, acompanhados da competente guia, cobrando se recibo que ficará junto ao processo do navio; ficarem a bordo como sobressalentes, se a autoridade aduaneira não vir nisso inconveniente fiscal, sendo logo inscritos na respectiva lista regulamentar.

§ único. Sempre que os materiais a que se refere o presente artigo forem despachados para consumo ou para reexportação, será feita a competente anotação na declaração de que trata o artigo 6.º, citando-se os números dos respectivos despachos. Do mesmo modo se procederá quando ficarem a bordo como sobressalentes.

Art. 8.º Fica revogada a legislação em contrário.

O Ministro das Finanças assim o tenha entendido e faça executar. Paços do Governo da República, 14 de Agosto de 1917.—BERNARDINO MACHADO—*Afonso Costa*.

MINISTÉRIO DA MARINHA

Majoria General da Armada

1.ª Repartição

DECRETO N.º 3:293

Sendo conveniente, quanto à escolha do pessoal para as guarnições dos submersíveis, alterar o estabelecido na

parte respectiva do decreto de 1 de Junho de 1912, e tornando-se necessário determinar as regras a seguir na admissão e exclusão do referido pessoal: hei por bem, sob proposta do Ministro da Marinha, decretar o seguinte:

Artigo 1.º Só poderão fazer parte das guarnições dos submersíveis os indivíduos em idades compreendidas entre os 22 e 35 anos completos, e cuja altura não exceda 1^m,75.

Art. 2.º O apuramento do pessoal para as guarnições dos submersíveis é effectuado pela Junta de Saúde Naval, em sessão ordinária, sendo-lhe enviados pelas autoridades respectivas os relatórios de que trata o artigo 3.º

Art. 3.º Os oficiais ou praças que se proponham servir nos submersíveis serão observados pelo médico da unidade a que pertencerem, ou que para tal efeito fôr requisitado, o qual, procedendo ao exame segundo as instruções superiormente aprovadas, apresentará em relatório as respectivas conclusões devidamente fundamentadas.

Art. 4.º O pessoal das guarnições dos submersíveis será inspeccionado semestralmente pelo médico naval adstrito à unidade respectiva, o qual registará em livro especial os resultados das inspecções e proporá que sejam presentes à Junta de Saúde Naval aqueles indivíduos cujas condições físicas se tenham modificado de maneira a incompatibilizá-los com o serviço nos submersíveis.

Art. 5.º No caso de a Junta de Saúde Naval confirmar o parecer relativo ao individuo que lhe fôr presente nos termos do artigo antecedente, esse individuo reverterá ao serviço em que se achava anteriormente à passagem para os submersíveis, salvo se a Junta se pronunciar pela incapacidade mesmo para aquele serviço.

Art. 6.º Ficam revogadas as disposições em contrário.

O Ministro da Marinha assim o tenha entendido e faça executar. Paços do Governo da República, 14 de Agosto de 1917.—BERNARDINO MACHADO—*José António Arantes Pedroso*.

Direcção Geral da Marinha

3.ª Repartição

DECRETO N.º 3:294

Em consequência do artigo 8.º, seus parágrafos e números do regulamento de faróis, aprovado por decreto de 21 de Novembro de 1895, estar um pouco antiquado e em discordância com a actual lei do recrutamento militar, urgindo modificá-lo, tornando-o concorde com a citada lei do recrutamento, e adaptando-o ao mesmo tempo ao disposto no decreto de 20 de Abril de 1911: hei por bem, sob proposta do Ministro da Marinha, decretar que o artigo 8.º, seus parágrafos e números do referido regulamento de faróis passe a ter a seguinte redacção:

«Art. 8.º Os lugares de faroleiros supranumerários serão providos por concurso documental, quando não haja praças reformadas da armada em condições de poderem desempenhar cabalmente o serviço de faróis.

§ 1.º As condições a que se refere este artigo para as praças reformadas são as seguintes, devidamente comprovadas:

1.ª Não terem mais de quarenta e cinco anos de idade;

2.ª Terem sufficiente aptidão física para o serviço de faróis;

3.ª Terem tido bom comportamento militar;

4.ª Saberem ler, escrever e as quatro operações sobre inteiros e decimais.